

ATA N.º 243

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezassete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Ata-----

1.1 Ata 242 de 17 fevereiro 2017-----

2 Correspondência-----

3 Período de antes da Ordem do Dia-----

3.1 Assuntos de Interesse Local-----

4 Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

4.2 2ª Revisão Orçamental 2017-----

4.3 Recomendações do TC PC 2009-----

4.4 ANAM – Adesão-----

4.5 Património – Inventário e Cadastro-----

4.6 Prestação de Contas 2016-----

5 Período Destinado ao Público-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Albano de Amaral Macedo-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----

- Ana Maria Tavares Mendes-----

- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----

- Ana Raquel Machado e Costa-----

- António Manuel Martins de Bastos-----

- António da Silva Portela-----

- Carla Andreia Coutinho Tavares-----

- Carla Manuela Borges Soares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Claudino da Fonseca Soares-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- David da Silva Alves-----

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----

- José de Bastos da Rocha-----

- José Carlos Ribeiro de Sousa-----

- José Luís da Silva e Almeida-----

- Júlio Martins Fernandes-----

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro-----

- Manuel da Silva Soares-----

- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----

- Mário José Costa da Silva-----

- Renata Liliana da Costa Marques-----

- Sandra Henriques da Silva-----

- Sérgio Soares da Silva-----

- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-

presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte e Nuno Miguel Pereira Ferreira Martins, Vereadores.-----

---- Faltaram à sessão Mário Coutinho Martins e Rui Manuel Arede Lopes.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 242, da sessão de 17 de fevereiro de 2017, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Albano Macedo, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, José Rocha, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Silva, Renata Marques, Sandra Silva, Sérgio Silva e Toni Martins. Os membros Alexandre Machado e José Almeida compareceram após a votação da ata pelo que não participaram na sua aprovação. -----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite da Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga para a inauguração e bênção dos novos espaços de sala de jantar/convívio e ginásio;-----
- Moção de reconhecimento da Assembleia de Freguesia de Sever do Vouga referente às obras realizadas na Casa Mortuária e Cemitério Municipal;-----
- Convite para as cerimónias do X Capítulo da Confraria Gastronómica de Sever do Vouga, inserido na abertura da XVII Edição da Rota da Lampreia e da Vitela;-----
- Convite para inauguração do Espaço do Cidadão Municipal;-----
- Convite para o 23º aniversário da Associação Desportiva e Cultural de Lourizela;-----
- Convite para o 40º aniversário da Juventude Académica Pessegueirense;-----
- Convite de homenagem ao professor e maestro Carlos Marques (Rotary).-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

---- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi de **Mário José Costa da Silva** que começou por dizer que, na passada terça-feira, tinha-se celebrado o quadragésimo terceiro aniversário do movimento militar que, em 25 de abril de 1974, restituiu ao povo português o sentimento de liberdade e que celebrar o “25 de Abril” assumia-se, hoje, com um sentido de responsabilidade e de esperança, mas, também, de reflexão profunda sobre o passado, o presente e o futuro. Referiu que, durante mais de quatro décadas, alicerçaram-se as instituições do regime democrático onde o poder local sobressaía como a grande conquista de abril, tendo sido o poder local – Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia – quem mais perto esteve do povo e o principal motor da mudança e do desenvolvimento no Portugal democrático. Disse ser por essa razão que os governos deviam olhar com outros olhos as autarquias e os autarcas, instituições e gentes que superaram as suas forças e recursos para garantirem mais e melhor qualidade de vida e desenvolvimento às populações. Referiu que, mais do que nunca, e até pela marcada dicotomia litoral/interior, deve ser exigido do poder central não só políticas de diferenciação positivas, que estimulem o progresso, o investimento, a fixação das populações e o regresso dos jovens, mas, também, uma política fiscal mais atraente que permita às autarquias e aos empresários a criação de condições que promovam um desenvolvimento sustentável e o aproveitamento dos recursos endógenos, melhorando, desta forma, as condições de vida das nossas gentes. Afirmou que, também a Câmara Municipal de Sever do Vouga deverá assumir as suas responsabilidades, empenhando-se na criação de condições de desenvolvimento, sendo reivindicativa, apoiando e estimulando as iniciativas locais, projetando o município no país e além-fronteiras, valorizando o seu património, as suas tradições e a sua cultura, dando mais vida e alegria aos cidadãos,

participando com eles na vida do concelho e da região. No fundo, apostando naquilo que tem de melhor: as suas gentes.-----

Seguidamente, **Toni Pedro Ribeiro Martins** interveio para dizer que tinha sido uma semana plena de acontecimentos históricos que marcaram a vida de todos, referindo-se à celebração do 25 de Abril de 1974, data em que se celebra o Dia da Liberdade e os quarenta e três anos de democracia em Portugal. Frisou que são os valores da democracia que garantem, hoje, a liberdade de expressão, que é dado como um direito adquirido, e que permite decidir livremente o nosso futuro e das gerações vindouras. Afirmou haver a responsabilidade de contribuir para que todos, e principalmente as gerações futuras, tenham melhores condições de vida. Disse não querer deixar passar aquela data sem que a Assembleia Municipal assinalasse a mesma, ainda que simbolicamente, pelo que tomou a liberdade de distribuir pela digníssima sala, um cravo, de forma a que todos possam refletir e sentir que está nas suas mãos o futuro das novas gerações. Disse comemorar-se, também, os quinhentos e três anos da atribuição da Carta Foral a Sever do Vouga e, assim sendo, em nome da bancada do PSD, felicitou o executivo e Câmara Municipal pela iniciativa tomada através da digna celebração daquela data histórica. Disse querer, ainda, felicitar todas as instituições e cidadãos que se associaram e colaboraram naquela comemoração, enriquecendo e enaltecendo aquele grande evento, desejando que ele contribua para projetar e difundir o concelho e todas as suas potencialidades.-----

Falou sobre o passado dia 19 de abril, quando o concelho foi fustigado por um fenómeno meteorológico atípico, nomeadamente queda de granizo, que originou quebras de produção significativas em várias explorações agrícolas, principalmente de mirtilos. Disse ter vindo a público que a maioria dos agricultores não possuía seguros de plantação e perguntou se não será possível à digníssima Câmara Municipal, junto das diversas associações de produtores do concelho, promover a contratação de melhores condições de seguro para os seus associados. Visto haver uma quebra de produção significativa, disse preocupar-se, também, sobre os moldes em que irá decorrer a Feira do Mirtilo, questionando se não será necessário fazer uma adaptação daquele evento.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Albano de Amaral Macedo** que começou por dizer que os membros mais idosos da Assembleia tinham uma missão de “*passar valores democráticos e sentimentos de solidariedade autárquica*” aos novos membros e que, todos os que se encontravam em tal posição, como ele próprio, quase no fim de mandato e vida autárquica, em consciência pensam que não cumpriram a sua nobre missão. Mais disse que, só estavam todos presentes na Assembleia Municipal porque tinha havido um 25 de Abril em 1974, mas que, falar do 25 de Abril parecia ser um pecado mortal, ou mesmo motivo de excomunicação e que estariam todos a sofrer de Alzheimer político. Referiu que, recordam-se quase com perfeição as coisas do passado longínquo, de 1514, época do foral e das feiras quinhentistas, mas que já se esquecem de Abril de 1974. Louvou o concelho vizinho de Albergaria-a-Velha onde foram recordados e louvados os primeiros autarcas eleitos. Afirmou que, em Sever do Vouga, qualquer dia, os autarcas de 1976 e dos anos seguintes, estarão esquecidos. Referiu o discurso do senhor Presidente da República, aquando das comemorações do 25 de Abril, na Assembleia da República, onde disse que “*O poder local não é isento de problemas e defeitos, como toda a obra humana, mas tem direito a ser, como um todo, celebrado, por uma vez, num 25 de Abril*”.-----

Recordou a data de 28 de abril de 1974, quando Mário Soares regressou do exílio em Paris, no que ficou conhecido como “o comboio da liberdade”, dizendo que, só quem viveu aqueles dias tem a consciência do sabor daquela liberdade e daqueles dias de esperança.----

Referiu que o 1º de Maio de 1974 ficaria na história pelo enorme grito de liberdade pronunciado em unísono, pelas dezenas de milhares de pessoas que encheram as artérias da capital. Disse que, para os jovens de hoje, será, talvez, difícil imaginar o que era viver em Portugal há quarenta ou cinquenta anos atrás, onde era rara a família que não tinha alguém a combater em África, o serviço militar durava quatro anos, a expressão pública de opiniões contra o regime e contra a guerra era severamente reprimida pelos aparelhos censório e policial, os partidos e movimentos políticos se encontravam proibidos, as prisões políticas cheias, os líderes oposicionistas exilados, os sindicatos fortemente

controlados, a greve interdita, o despedimento facilitado, a vida cultural apertadamente vigiada... Disse, ainda, que a anestesia a que o povo português esteve sujeito décadas a fio, a par das injustiças sociais agravadas e do persistente atraso económico e cultural, são, em grande parte, responsáveis pela euforia revolucionária que se viveu a seguir ao 25 de Abril, durante a qual Portugal tentou viver as décadas da história europeia de que se vira privado pelo regime ditatorial. A todos os autarcas que se dignaram fazer parte dos órgãos desde assembleias de freguesia, juntas de freguesia, assembleias municipais, câmaras municipais e o extinto Conselho Municipal de que também fez parte, nos anos seguintes a 1976, expressou a sua gratidão e reconhecimento por tudo o que fizeram em prol da melhoria da qualidade de vida das nossas gentes e para bem da nossa terra. A título de curiosidade, referiu que o filme do João Ratão, rodado em Sever do Vouga e realizado por Jorge Brum do Canto, protagonizado por Óscar de Lemos, Maria Domingas e António Silva, se estreou em Portugal a 29 de abril de 1940.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Carla Manuela Borges Soares** que disse ter reparado na duplicação do número de atas 224 nas sessões de setembro e outubro 2013.-----

Informou que, desde a sua nomeação como representante da Assembleia Municipal de Sever do Vouga no Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga, tinha sido convocada para duas reuniões, sendo que, não lhe tinha sido possível estar presente na primeira reunião, realizada a 27 de julho de 2016, por se encontrar de férias e a segunda reunião, agendada para 18 de novembro de 2016, tinha sido adiada para janeiro de 2017, mas ainda não tinha sido reagendada. Naquele seguimento, disse considerar interessante que os restantes elementos eleitos dessem, também, o seu testemunho no sentido de ser realizada uma avaliação à pertinência, ou não, daquelas nomeações.-----

Por último, e porque numa das últimas sessões tinha sido referido que o Conselho Municipal de Juventude iria ser convocado, perguntou se já tinha sido realizada alguma reunião e, se sim, como é que a mesma tinha corrido.-----

A próxima intervenção coube a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que começou por falar sobre alguns procedimentos que não estavam a correr da melhor forma, dizendo que as ordens de trabalhos estavam bastante incompletas naquilo que eram os trabalhos, não cumprindo, em bom rigor, com o formalismo das mesmas. Referiu que a ordem de trabalhos da atual sessão referia de que forma os trabalhos se iriam realizar, porém, estava desconforme porque, pelos vistos, o que seria esperado dos membros no ponto 2.2 era apreciar e aprovar, não simplesmente votar. Indicou outro erro na elaboração da ordem de trabalhos, que era a apreciação e votação da ata encontrar-se no final dos trabalhos, quando, nos termos do artigo 33º, n.º 1 do Regimento, a sessão se inicia com aquela apreciação e votação.-----

Mais disse que muitos dos documentos não estavam a cumprir com o prazo estabelecido, tanto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 53º, n.º 2, como no Regimento, no artigo 34º, n.º 1.-----

Informou que, na passada quarta-feira, dia 26 de abril, pelas 18:35, tinha consultado a informação do senhor presidente da Câmara e o documento que lá se encontrava dizia “Informação a introduzir”, ou seja, dois dias úteis antes da sessão, aquela informação não constava. Disse, ainda, que, no dia seguinte, da parte da tarde, tinha consultado a informação e, nessa altura, já lá estava o documento com data de introdução no sistema de 21 de abril às 12:37:52.-----

Disse considerar que aquela situação era atentatória à sua inteligência e um “completo borrifar” para os membros da Assembleia.-----

Referiu que já tinha sido discutida, noutra sessão, a possibilidade de bloquear a plataforma, para introdução de documentos, a partir das dezassete horas do segundo dia útil anterior, o que, tendo em conta os excelentes técnicos informáticos que o Município tem, era perfeitamente alcançável.-----

Disse ter registado com agrado o lançamento do orçamento participativo, porque representa um acordar das responsabilidades do município para a sua localidade, e, pelo que se viu, a população severense teve essa consciência dada a forte adesão. Referiu que, talvez com um pouco mais de publicidade seria ainda maior, porque mal deu conta de, na

página principal do município, existir tal informação, tendo sido necessário fazer bastante pesquisa.-----

Apesar de não considerar aquele o modelo ideal, uma vez que todas as propostas apresentadas deveriam ser submetidas a votação, tendo em conta que Sever do Vouga não é um concelho de grande dimensão, disse haver a registar um grande número de propostas apresentadas e, caso todas elas fossem submetidas a aprovação final, estar-se-ia a permitir uma maior igualdade na votação final.-----

Em todo o caso, disse considerar que no final do projeto deverá ser feita uma avaliação, também com membros da Assembleia, para se discutir o que tinha corrido melhor e o que não tinha corrido tão bem, para se encontrar o melhor modelo de orçamento participativo.--

O **presidente da Assembleia Municipal** interveio para dizer qualquer coisa em relação à última intervenção, dizendo penitenciar-se, e frisou o seguinte: dois ou três dias anteriores à sessão, ligou ao Diretor de Departamento porque tinha-se deslocado ao Município para consultar os documentos para a Assembleia Municipal e chamou à atenção por não estar inserida a comunicação escrita do presidente da Câmara Municipal, que deve estar disponível, pelo menos, dois dias antes. No entanto, o Diretor de Departamento explicou que, da ordem de trabalhos que ele introduziu na plataforma informática, a mesma não segue a ordem desejada. Disse ter sugerido que ele fizesse um documento, que seria entregue na data da sessão e, de facto, recebeu o documento por e-mail, não tendo sido possível consultar o mesmo antes da sessão. Disse ter-se esforçado para que as coisas fossem feitas como deve ser, e que telefonou com antecedência, tendo tido o cuidado de referir que, na lei, quando se fala na prestação de contas, a mesma refere “apreciação e votação”. Disse, ainda, que, se a ordem de trabalhos fosse realizada com mais antecedência, teria verificado a mesma e mandado corrigir.-----

Foi dada a palavra ao **Diretor de Departamento** que informou ter já explicado, noutras sessões, que a plataforma foi criada por uma empresa que já faliu e a ordem de trabalhos é criada a partir daquela plataforma, não podendo ser alterada a ordem da documentação, ficando conforme se insere na plataforma. Informou que o site está a ser modificado de forma a que permita alterar a ordenação da documentação. Disse serem vários técnicos a inserir documentos na plataforma e a aprovar os documentos, sendo que é habitual organizar a ordem de trabalhos fora, no Word, fazendo uma ordem para as coisas ficarem, pelo menos, na ordem que é habitual e pediu à funcionária que o apoia na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, para colocar os documentos naquela ordem, agora, se outro colega mete um documento, o mesmo vai ficar noutra ordem, e foi o que aconteceu. Disse querer ter dado conhecimento do orçamento mais cedo, da prestação de contas, e foi isso que desorientou as coisas todas. Disse que podia fazer uma ordem de outra forma, mas como a prestação de contas dá um resumo com quinhentas folhas, considerou melhor ficar conforme está, com uma área própria para o orçamento, outra para a prestação de contas, onde são colocados os documentos por uma ordem, a ordem que pede ao funcionário, e ele cumpriu com aquela ordem, para que, quem quisesse, pudesse ver os documentos em separado. Podiam ser colocados todos num único documento só que, depois iriam reclamar porque não conseguiram abrir o documento. Mais disse que, a estrutura da pasta deve permitir uma orientação fácil e é assim que procede na disponibilização dos documentos da prestação de contas e do orçamento.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que, para a próxima sessão, até ao último dia para meter a ordem de trabalhos, vai à Câmara e, se não conseguir com o serviço meter a ordem de trabalhos, não irá convocar a Assembleia Municipal.-----

Albano Macedo interveio para dizer que, a posição de Diana Paiva é coisa diferente, porque é acerca da informação do senhor presidente da Câmara; como os serviços carregaram ou simularam um documento e meteram lá uma coisinha a dizer que serve de modelo e ficou com a data carregada de 21 de abril e essa informação do presidente da Câmara só foi carregada na quinta-feira de tarde, mas fica reportada à data de um documento que é apresentado, o que representa estar a negar uma verdade.-----

O **Diretor de Departamento** informou que a estrutura inicial estava definida e que pediu para colocar a informação do presidente da Câmara logo no início. Disse ser necessário

inserir um documento em branco a dizer que está em execução e o documento foi colocado no dia 21, sendo que, se fosse colocado noutra altura, iria assumir o ponto 7 ou 8, mas a vontade é que o documento fique no início da ordem de trabalhos.-----

Respondendo às intervenções, o **presidente da Câmara** deu um bem-haja relativamente ao 25 de abril. Em relação à intervenção de **Toni Martins**, agradeceu a referência que fez em relação aos 503 anos. Sobre o problema do granizo abordado, disse que têm estado a tentar encontrar uma solução que possa minimizar os prejuízos dos agricultores, o que não tem sido fácil, estando a ser analisadas outras situações com a jurista no sentido de o próprio Município poder apoiar, de certa forma, à recuperação dos pomares, estando a ser feito um relatório exaustivo. Disse ter contactado, por várias vezes, o Ministro da Agricultura e aquilo que lhe tinha sido apresentado, da parte deles, foi a dificuldade de criar uma medida extraordinária, uma vez que existem seguros que as pessoas podem contratar. Mais disse ter sido informado pelo Ministro da Agricultura que, apresentando a medida extraordinária à Comissão Europeia, a resposta irá ser negativa precisamente por existirem seguros que as pessoas podem ter. Mais informou estar a ser feito um levantamento exaustivo, ao nível da ocupação das pessoas que trabalhavam os pomares, porque há gente que trabalhava exclusivamente naquilo e fica sem rendimentos, sendo que esta situação estava a ser conjugada, também, com o Ministério do Emprego e Segurança Social para encontrar outra medida ao nível do desemprego. Disse ser esse o ponto atual da situação, sendo certo que não iria ser fácil haver um apoio direto à produção.-----

Relativamente à Feira do Mirtilo, o **presidente da Câmara** disse considerar que não estava em causa a sua realização. Informou que, no dia seguinte à queda do granizo, foi para o terreno com o presidente da Mirtilusa, com o vereador Raul Duarte e com a diretora da Agim, a várias produções no concelho, tendo sido feito um levantamento exaustivo das situações. Daquilo que pôde observar, disse haver zonas muito mais afetadas pela intempérie do que outras e que considera ser, ainda, possível a realização da Feira do Mirtilo sem grandes alterações de funcionamento.-----

Em relação à intervenção de **Albano Macedo**, informou que, as homenagens que são feitas no Município são organizadas pela Assembleia Municipal e as homenagens de que falou em Albergaria-a-Velha, nem foram dentro das comemorações do 25 de abril, foram dentro das comemorações do 43º aniversário do poder autárquico, sendo que aquela autarquia tem regulamentos diferentes dos nossos. Disse ter estado a recolher informações sobre a forma como poderiam ser homenageadas algumas pessoas do serviço, não só autarcas, e o modelo atual é diferente. Informou que tem a intenção de remeter à Assembleia Municipal uma proposta sobre o assunto.-----

Em relação à intervenção de **Carla Soares**, o **presidente da Câmara** disse ter tomado conhecimento que o ACeS Baixo Vouga está à espera que saia uma legislação, com novas regras de funcionamento do agrupamento, e, não convocou nenhuma reunião porque está a aguardar que saia essa legislação para não ter de marcar, logo a seguir, outra reunião. Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, informou que a senhora vereadora responsável estava a trabalhar com isso, sendo que irá funcionar ao abrigo do novo regulamento.-----

Relativamente à intervenção de **Diana Paiva**, o **presidente da Câmara** disse não ter qualquer responsabilidade pelo facto da comunicação não ter seguido; e que inclusive tinha feito o contrário, tendo recebido informação de serviços na quarta-feira, não aceitou integrá-la, porque a comunicação já tinha seguido. Sobre o orçamento participativo, disse que, como tinha sido o primeiro, era possível que não tivesse funcionado a cem por cento, esclarecendo que, por se trata de um processo evolutivo, era necessário darem-se contributos para que o próximo seja melhor. No entanto, em termos de adesão, disse considerar estar a correr de forma normal e com propostas apresentadas.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado pelo presidente da mesa à assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação.-----

Foi dada a palavra a **Albano Macedo** que disse faltarem algumas informações na comunicação do senhor presidente à Assembleia Municipal, por lapso ou por falta de tempo. Disse querer enaltecer, devido ao seu interesse para a comunidade, toda a preocupação desde deputados do CDS, a deputados do Bloco de Esquerda, com a queda da granizada, do passado dia 19 de abril, sobre os mirtilos. Referiu alguns eventos não incluídos na comunicação, tais como, a realização da exposição de carros clássicos em Sever do Vouga, nos passados dias 8 e 9 de abril e a iniciativa “Sever mais Verde”, que contou com a colaboração da Quercus no passado dia 18 de março. Mencionou outra informação que devia constar da comunicação do presidente da Câmara, nomeadamente a candidatura dos Amiais a uma das sete maravilhas de 2017. Para finalizar, disse que, devido às obras a serem realizadas, a sala de partos do Centro de Saúde, destinada a grávidas de risco, foi ocupada por um consultório médico. Dada a importância dessas sessões para as grávidas, disse agradecer que o executivo disponibilize uma sala da biblioteca ou do Centro das Artes e do Espetáculo para aquelas sessões, pois são um bem para a comunidade. Outros acontecimentos em que o município esteve presente, e que devem ser evidenciados, foi o arranque do European Cycling Challenge de 2017 e a hora do planeta 2017.-----

4.2 2ª Revisão Orçamental 2017: - Antes de passar à discussão sobre a 2ª Revisão Orçamental, foi aberto um período de intervenção e dada a palavra a **Albano Macedo** que disse estar perante uma proposta de revisão que se reveste de aprovação em duas etapas. Na primeira, do dia 12 de abril, estavam presentes uns vereadores que aprovam uma revisão, mas nessa reunião não estava presente um vereador. A título de curiosidade, até à data do mapa 3, inicialmente entregue, estava, ainda, com a data do ano de 2016. É subscrita pelo senhor presidente e vereadores Idalina Tavares e Almeida e Costa. Afirmou que, naquela reunião, não estava presente o vereador Raul Duarte. Depois, em 26 de abril, era novamente aprovada aquela revisão, ou parte dela, sendo os mapas 1 e 3 aprovados, também, em 26 de abril e já assinados pelo vereador Raul Duarte (na qual não estiveram presentes os vereadores Almeida e Costa e Nuno Ferreira). Mas, a certidão, que é enviada à Assembleia Municipal para análise e decisão, é datada de 20 de abril e refere que a decisão é só de 12 de abril e com o vereador Raul Duarte, que não esteve presente na segunda reunião do mês. O membro solicitou um esclarecimento sobre os pontos referidos, ou que ficasse em ata os argumentos se se referem à existência de erros materiais, erros de escrita, de cálculo ou qualquer inexatidões devidas a outra omissão ou lapso manifesto.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que não compete à mesa fazer essa verificação e fiscalização, uma vez que é a Câmara Municipal que faz chegar os documentos para discussão na Assembleia Municipal.-----

O **presidente da Câmara** disse que estariam a falar de duas coisas distintas, de uma modificação para incluir um projeto intermunicipal de última hora. Mais disse que, a revisão foi elaborada para acrescentar os projetos que estavam ali, tendo sido uma modificação de última hora para incluir no PPI um projeto que não estava lá. O presidente da Câmara pediu ao Diretor de Departamento que desse uma explicação sobre o assunto.---

Foi dada a palavra ao **Diretor de Departamento**, tendo explicado que, em termos de procedimento administrativo, foi inserida uma candidatura intermunicipal dos municípios de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, aprovada num programa de fundos comunitários que podia ter sido tratada como uma alteração orçamental, ia à Câmara Municipal e já não tinha nada a falar sobre este assunto. Mas, transmitiu ao funcionário, que elaborou o documento, que, como iria ser realizada a reunião de Câmara no dia 26 de abril, podia-se, também, integrar na revisão e inserir essa classificação que não constava no orçamento para depois ser submetida à Assembleia Municipal. Como a reunião foi feita no dia 26 de abril, não deu tempo para extrair uma certidão, mas que podia ter sido elaborada uma nova certidão e constar a deliberação da Câmara Municipal, pedindo desculpa por não o ter

feito. Como até às 17:00 não tinha sido feito, disse ter querido cumprir com o prazo dos dois dias úteis. O assunto foi à reunião de Câmara e a proposta de revisão apresentada foi aquela, com essa alteração que foi aprovada na reunião de quarta-feira. Houve apenas o lapso de não colocar a certidão da aprovação em minuta. Como a lei permite que uma deliberação possa ser alterada, foi esse o procedimento adotado.-----

No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 2ª Revisão Orçamental, correspondente à 4ª Modificação, com anulações e reforços do orçamento no valor de € 644 000,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil euros), com aumento do valor global do orçamento. Prestados alguns esclarecimentos sobre as principais modificações, aquele documento foi aprovado, por maioria, com dezasseis votos a favor e dez abstenções:-----

Dezasseis votos a favor – de Albano de Amaral Macedo, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Renata Liliana da Costa Marques e Sérgio Soares da Silva.-----

Dez abstenções – de Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José Bastos da Rocha, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Mário José Costa da Silva, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

4.3 Recomendações do TC PC 2009: - O órgão deliberativo tomou conhecimento das recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas, relacionadas com a homologação da conta relativa ao exercício de 2009, bem como, da informação prestada pelo Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, ao qual foi dada a palavra para resumir e explicar o conteúdo da sua informação.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento que já estava a ser dado seguimento às recomendações formuladas por aquela instituição. -----

4.4 ANAM – Adesão: - O presidente da Assembleia Municipal referiu ter solicitado para se incluir informação sobre a adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais, apenas com a intenção de se dar conhecimento aos membros da vontade que corre em se constituir esta associação. No entanto, há alguns aspetos a integrar, previstos na lei do setor empresarial, que têm de ser recolhidos e esclarecimentos a ser prestados antes da formulação de uma proposta de adesão.-----

4.5 Património – Inventário e Cadastro: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste município. A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, como determina a alínea l), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Toni Martins interveio para perguntar se a Câmara Municipal já estava a ter em conta as recomendações do Tribunal de Contas e, se sim, quais eram as ações que já estariam a ser tomadas?-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que essa informação estava no documento analisado no ponto 4.3 e que o Diretor de Departamento tinha elaborado uma informação com aquilo que tinha sido feito em 2015 e 2016 e aquilo que estava previsto para 2017, onde ele alerta para o problema que muitas coisas só podem ser resolvidas com justificações notariais.-----

O **Diretor de Departamento** referiu ter solicitado ao auditor externo o mapa com as divergências verificadas entre a matriz (Finanças) e os registos (Conservatória), para se ver como iriam proceder os serviços para a regularização de alguns bens. Aproveitou para dar conhecimento que tinha sido concluído o processo de registo de um prédio adquirido na zona das escolas, há mais de vinte anos. Em relação aos demais, que não estão registados, se for necessário recorrer-se à justificação notarial, assim será feito.-----

O **presidente da Câmara** informou que, relativamente ao que o Diretor de Departamento disse, também já fomos evoluindo ao nível do armazém, estando-se a trabalhar no sentido de cumprir com essas recomendações.-----

4.6 Prestação de Contas 2016: - Foi dada uma breve explicação pelo presidente da Câmara sobre os documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2016, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Seguidamente foi aberto um período para apreciação dos documentos e proposta relacionados com a Prestação de Contas de 2016.-----

Toni Martins interveio para dizer que, após análise dos documentos apresentados, tinha notado o seguinte:-----

- um aumento de aquisição de bens e serviços entre 2013 e 2016 de um milhão e oitocentos mil euros para dois milhões, seiscentos mil euros, representando um acréscimo de 20%:--
- uma diminuição no apoio às freguesias de quarenta mil euros entre 2015 e 2016;-----
- uma redução nas despesa de capital, ou seja, no investimento, de quatro milhões, oitocentos mil euros para três milhões de euros entre 2013 e 2016;-----
- oito milhões, seiscentos mil euros de despesa estando previsto em orçamento dez milhões, novecentos mil euros, ou seja, o grau de execução da despesa foi de apenas 79%.-----

Salientou que aquela não seria a opção da bancada do PSD.-----

O **presidente da Câmara** interveio para dizer que tinha uma apreciação diferente das contas. Disse que o membro Toni Martins apenas referiu aquilo que entendia estar mal, não tendo referido a redução da dívida, a execução de um orçamento maior, com a execução da receita a 102%, e uma execução média de 97%, disse estar farto de ver notícias nos jornais das apreciações, de contas dos municípios vizinhos que ficam todos contentes com uma execução de 87%, um pouquinho acima dos 85% a que a lei obriga. Gostava que, também, registasse essas coisas, assim como os prazos de pagamento que diminuíram, estando nos melhores municípios em termos de prazo de pagamento. Mas, só em relação àquilo que disse, houve um aumento na parte dos serviços porque, desde há uns anos, tem havido muito mais serviços prestados do que aqueles que são realizados pelos trabalhadores do município. Explicou que, ao diminuir em pessoal, parte desses serviços vão ser feitos fora, através de prestações de serviços.-----

Seguiu-se a votação dos documentos da Prestação de Contas de 2016, cujo resultado foi o seguinte: dezoito votos a favor, dos membros: Albano de Amaral Macedo, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário José Costa da Silva, Renata Liliana da Costa Marques e Sérgio Soares da Silva; oito abstenções, dos membros: Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

-----3 - Período Destinado ao Público-----

Não houve qualquer participação.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----
